

COMEMORAÇÕES DO DIA 25 DE ABRIL

Local: Monumento de homenagem aos Presos Políticos

25 de abril 2021

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Dr. Isaltino Morais

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Caros Munícipes,

Comemoramos hoje um dia crucial na história da nossa Democracia e que pôs cobro a mais de 50 anos de uma ditadura que enclausurou a liberdade dos portugueses, nas suas variadas dimensões.

Tempos em que o Estado de Direito Democrático foi reduzido a uma concentração autoritária de poder que manchou a história de Portugal. É um período do qual não nos orgulhamos, mas que dele não podemos esquecer, para que seja dado devido valor à liberdade que foi conquistada com a audácia dos Capitães de Abril.

Comemorar o 25 de abril de 1974 é, por um lado, saudar e homenagear esse destemido grupo de Patriotas que, com toda a bravura e convicção, enfrentou e destronou o regime instalado em Portugal, e também, por outro, lembrar que todos os dias, desde então, àqueles muito devemos pelo

Estado de Direito em que hoje se fundam o nosso País e suas instituições.

Embora a história democrática tenha registado, desde início, importantes desafios e dificuldades, muitos têm sido os benefícios que dela retiramos. Não só Portugal saiu da sombra de uma ditadura anacrónica, como procurou acertar o passo com as democracias modernas.

De facto, marco dessa tentativa de acerto foi a adesão de Portugal à CEE. Tratou-se de uma das grandes consequências do 25 de abril de 1974 e das subsequentes alterações que a revolução provocou nos aspetos económico, político e social. O 25 de abril veio pôr fim a uma política económica em desagregação, com enorme dependência externa, e a um poder político contestado por uma população com más condições de vida e fraco poder de compra.

Mas a luta pela liberdade, a luta contra as desigualdades sociais e o trabalho pelo bem-estar geral da comunidade não se esgotaram naquele dia memorável. Foi só o início. O início de um trabalho pelo bem comum e de combate contra as adversidades para as quais devemos estar sempre preparados, para que se acautele um futuro brioso e sustentável. Essencialmente, um futuro liberto das ameaças

que se vêm insurgindo contra a democracia e contra o Estado de Direito, temperadas com um populismo envenenado e enganador, ao arrepio da conquista que se assinalou há quarenta e sete anos e que veio carrear os esforços que a política passou a ter de realizar na satisfação geral das pessoas.

Como bem afirmou Sá Carneiro, a pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana. E a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização. Essa é a nova regra, o novo início, a nova meta. Não podemos, pois, permitir que essa meta seja deturpada.

Urge, por isso, afirmar cada vez mais a mudança gloriosa que os Capitães de Abril vieram trazer a Portugal, por forma a que cada um de nós seja também um herói no caminho que vai sendo construído.

Mas há ainda muito que fazer. Se hoje não vivemos sob um manto restritivo de liberdades e garantias que se instalava aparentemente pacífico, mas corroído por dentro, testemunhamos com frequência fortes abalos nas instituições democráticas do nosso País.

Há cerca de 75 anos, a revista norte-americana "Time" destacava Salazar na sua capa intitulando-o de "Reitor dos

Ditadores” ali se escrevendo pela mão de Piero Saporiti que Portugal era uma terra melancólica de gente empobrecida, confusa e assustada. Portugal era uma “maçã cristalina”, mas “podre por dentro”.

Estaremos hoje em condições de afirmar que essa maçã, cristalina ou não, está ainda podre? Veio a liberdade devolvida com o 25 de abril curar essa podridão? Desejamos que assim seja, mas todos os dias essa podridão ameaça surgir através de uma assombração causada por aqueles que ignoram o que foi tão arduamente conquistado e pelo qual se luta diariamente.

Mal se vislumbra uma estabilidade das instituições democráticas em Portugal, surgem logo aqueles que com ideais neoliberais e até extremistas se aproveitam do sacrifício das portuguesas e dos portugueses, da sua fragilidade e, em alguns casos, da sua precariedade, para que os seus desideratos se cumprem para seu bel-prazer. Uma necessidade de alcançar o poder, descuidando as responsabilidades que ele implica.

O egoísmo e o egocentrismo têm manchado a política em Portugal, envergonhando os que, de forma altruísta e a quem

muito devemos, procuram libertar-nos da opressão, da perseguição e do medo.

Se hoje vivemos em liberdade e em democracia, não podemos, pois, acomodar-nos. Devemos ser cada vez mais capazes de dar valor aos princípios basilares que o 25 de abril veio introduzir em Portugal e, com sentido comunitário e responsável, saber contrariar quem vem perigando as conquistas alcançadas.

O sentido de comunidade e responsabilidade deve pautar a forma de se fazer política. Ela não serve só para se garantir que um país navegue em velocidade cruzeiro. Devemos estar preparados para toda e qualquer contingência. A boa preparação e a responsabilidade servem melhor aqueles que em nós depositaram a sua confiança e que em nós acreditaram para o cabal cumprimento das suas mais relevantes necessidades.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Assinala-se também um ano desde que fomos forçados a aceitar uma das maiores contingências registadas nos últimos tempos e que colocou à prova essa responsabilidade política.

A crise pandémica veio impor uma mudança radical nas nossas vidas. Uma crise transversal a todo o mundo e que se veio traduzir em uma nova adversidade na história da nossa democracia com a qual nunca contaríamos.

Uma crise que implicou uma restrição de direitos constitucionalmente consagrados em benefício do bem comum. Mas uma crise que também coloca à prova a forma de fazer política e a resposta que deve ser dada num paradigma a que não estávamos acostumados.

A pandemia tem uma lição que nos deve deixar profundamente preocupados, no que ao nosso regime democrático respeita, pois surge num contexto de crise das Democracias europeias, com o ressurgimento do fantasma dos extremismos, em Portugal conjugado com a crise dos partidos fundadores do regime.

Todos os partidos fundadores da nossa Democracia estão hoje em crise.

A questão do surgimento dos populismos só é novidade do ponto de vista formal, pois eles sempre estiveram presentes. Não se constituíam enquanto movimento formal porque tinham vergonha de sair debaixo das pedras onde nos últimos anos se mantinham acondicionados. Muitas vezes os

radicais estão próximos e não os identificamos; todavia, é importante que surjam formalmente, por forma a sabermos a sua real dimensão.

É normal que os populistas tenham vergonha, porque os partidos extremistas ou populistas representam o pior do espírito humano. Se o espírito de abril era todo ele generosidade, carácter e entrega; o populismo é sinónimo de egoísmo e atavismo. O espírito de abril deu-nos a democracia e o desenvolvimento, os populistas surgem saídos dos livros de história para nos devolver às trevas de que julgávamos estar já livres.

Os populismos e os extremismos não têm um programa político com soluções para os problemas da nossa comunidade. Não propõem nenhuma reforma que confronte os grandes problemas de Portugal: tornar o País mais rico e distribuir melhor a riqueza gerada.

Nada disso: os populismos apenas se interessam por duas coisas: gerar medo e apontar culpados!

É até relativamente simples: recordam-nos de tempos de vida mais simples, menos complexos, e levam as pessoas a acreditar que os seus problemas quotidianos são provocados por algumas pessoas, ou alguns grupos específicos.

Determinados políticos, generalizando anátemas sobre eles; ou determinados grupos, sempre as minorias, de modo a que a audiência (a maioria) se sinta confortada.

Assim se odeiam os políticos, e assim se odeiam determinados grupos étnicos. Noutro tempo e noutras geografias os judeus, agora, no Portugal atual, os “pretos”, os “ciganos” ou os “emigrantes”.

Assim se abrem as caixas de pandora que libertam as dinâmicas negativas nas sociedades.

Mas muitos destes problemas resultam exatamente da crise em que os partidos fundadores da nossa Democracia mergulharam. Hoje, estes partidos estão distantes do Povo, dos seus problemas e das suas reais necessidades.

Este afastamento por parte dos políticos do Povo leva a que os políticos o temam, e em Democracia os políticos não podem temer o Povo.

Hoje, os partidos fundadores do regime, e isto substancialmente no centro político, nos partidos que alternadamente têm governado o País, estão capturados pelos extremos, no discurso e na ação. Por isso é tão difícil reformar Portugal, porque a ditadura das minorias, bem

como a ditadura do politicamente correto, nos impedem de confrontar a realidade com verdade.

O medo, dos partidos do centro político, do Povo, é tal que, no verão passado, promoveram a aprovação de uma Lei que dificulta ao máximo aos grupos de cidadãos concorrer nas eleições locais.

Porquê silenciar grupos de cidadãos que têm atividade circunscrita aos seus Concelhos, e que em nada interferem com a atividade dos partidos a nível nacional, senão por receio de perder um pequeno quinhão de poder?

E como pôde o Presidente da República deixar passar uma Lei que tanto prejudica a liberdade de escolha dos eleitores?

Esta lei é perigosa. Isto é anti-democrático e populista. E de populismo estamos cheios e vamos ficando cada vez mais cheios, numa altura em que os extremos cada vez mais se agudizam.

Quer dizer, esta lei era perigosa, já não o será tanto porquanto o parlamento na passada quinta-feira decidiu, bem, introduzir alterações a essa famigerada Lei, que condicionava as candidaturas independentes às autarquias locais.

E assim, o País vai-se dividindo com elites que cruzam opiniões, de forma voraz quando, cada vez mais, é necessário que a classe política se entenda, especialmente, numa altura em que atravessamos uma crise pandémica.

Apenas um regime democrático doente pode tomar tais atitudes e, se o nosso regime está doente, urge tratar o paciente.

Urge aos partidos abrirem-se novamente à sociedade, procurar trazer para a Política os melhores e voltarem a ser o que foram nos primeiros anos da nossa Democracia, os verdadeiros catalisadores da transformação de Portugal.

Urge promover as reformas que garantam qualidade de vida, felicidade e bem-estar aos portugueses, para que não tenhamos de ver cumpridas as profecias que nos condenam a sermos o País mais pobre da União Europeia, em duas décadas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O exemplo de sucesso do Poder Local democrático português deveria servir de guia neste tempo. Verdadeira conquista de abril, a todos habituou como sendo um poder pragmático e

próximo das populações, indo ao encontro dos seus anseios e das suas necessidades.

Se em tempos ditos de normalidade as qualidades do poder local eram reconhecidas, indo além das suas competências e substituindo-se ao Estado Central, a pandemia veio mostrar um Poder Local em estado de emergência permanente, nas áreas da saúde, proteção civil, alívio social, educação e, mais recentemente, complementando a ação do Governo da República na vacinação e na testagem do Covid-19. Sabemos, hoje, que sem a ação dos autarcas portugueses o último ano teria sido muito mais difícil.

É assim que sentimos o papel do Poder Local e dos autarcas, sempre presente!

O nosso último ano foi assim, de permanente disponibilidade e abnegação.

Apesar da incerteza com que nos tivemos de digladiar, o Município de Oeiras enfrentou e enfrenta esta pandemia com lucidez, tranquilidade e celeridade. Porque houve e há estratégia e capacidade económica. Ter estratégia na normalidade permite-nos estar mais fortes nas emergências, tal qual a crise que vivemos.

Por detrás desta estratégia há um trabalho rigoroso que viabilizou o apoio necessário aos munícipes em situação de carência e fragilidade, ao Serviço Nacional de Saúde e às instituições do Concelho. Houve, pois, e há, a capacidade de gestão e de planeamento.

O valor atribuído pelo Município em apoios sociais desde o início da pandemia ultrapassa já os 12 milhões e 600 mil euros.

Foi nesse sentido que, nos primeiros dias da pandemia, aprovámos uma revisão orçamental por forma a fortalecer o Fundo de Emergência Social e permitir a aquisição de equipamentos de proteção individual de saúde.

O Município de Oeiras disponibilizou 1 milhão de euros para a aquisição de ventiladores e materiais especiais de proteção.

O Fundo de Emergência Social para munícipes foi reforçado com um milhão de euros, para além dos 250 mil euros de reforço do Fundo de Emergência Social para trabalhadores do Município, para quem foi também garantido equipamento de proteção individual no valor de 500 mil euros.

Fomos céleres na imposição da limitação de acesso aos espaços identificados como de risco agravado, nos termos

que vinham sendo estipulados nas sucessivas regulamentações do Estado de Emergência.

Garantimos o equipamento tecnológico necessário para permitir o ensino à distância, no que se traduziu num investimento de cerca de 1 milhão e 300 mil euros.

Por iniciativa do Município de Oeiras, os profissionais de saúde, forças de socorro e segurança, funcionários das juntas de freguesia e dos SIMAS que se encontravam em prevenção usufruíram de refeições que lhes foram ofertadas.

Foram também distribuídas refeições a crianças, adultos e idosos carenciados, numa articulação entre as escolas e as instituições do Concelho por forma a antecipar as dificuldades das famílias mais vulneráveis.

Até agora, e desde o início da pandemia, registaram-se cerca de 400 mil refeições entregues aos profissionais da linha da frente e à população carenciada.

Foram criadas linhas telefónicas de apoio que vêm contabilizando milhares de atendimentos.

Continuamos a distribuir máscaras descartáveis pela população.

Quer na preparação do novo ano letivo, quer no regresso às aulas motivado pelo plano gradual de desconfinamento anunciado pelo Governo, para além das variadas intervenções previstas em escolas, garantimos a higienização de espaços, a testagem de todos os profissionais e a formação de funcionários dos estabelecimentos de ensino em áreas essenciais.

Nesse sentido foi feito um investimento considerável na aquisição de testes de diagnóstico COVID-19, numa primeira fase com vista a complementar a ação dos serviços de saúde, agora para toda a população.

Paralelamente, estamos presentes no desenvolvimento do conhecimento científico, atribuindo uma comparticipação financeira no valor de 100 mil euros ao Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, para o desenvolvimento de um protótipo de teste serológico.

Na economia, isentamos de rendas os nossos concessionários, reduzimos taxas, aprovámos dezenas ou já centenas de novas esplanadas e preparamo-nos, agora, para lançar um apoio extraordinário à recuperação da atividade económica no Concelho de Oeiras no âmbito da pandemia covid-19, que com um fundo perdido de 3 milhões de euros,

visa atender à perda de faturação que empresas e organismos legalmente existentes sofreram durante o ano de 2020.

Seguramente que no início da pandemia fomos todos surpreendidos pela forma como o surto escalou, mas pudemos reagir rapidamente defendendo e apoiando todos os que necessitaram de ajuda, não deixámos ninguém para trás.

Procurámos, no nosso apoio, respeitar a dignidade da pessoa humana, nunca confundimos a solidariedade que deve ser um valor universal, com a mesquinhez da caridade dos que apenas se querem aproveitar dos mais frágeis, esquecendo a regra básica de que a caridade, quando é real, deve ser mantida em segredo. Afastámo-nos do repugnante fenómeno das caixas solidárias, enquadrando institucionalmente as respostas sociais: a Câmara de Oeiras pugnou para que todos os que tivessem dificuldades tivessem o apoio devido, sempre recusámos a propaganda miserável travestida de caridade.

Em face das novas exigências impostas às variadas instituições, designadamente IPSS e Juntas de Freguesia, pudemos também dar conta da sua capacidade de resposta

e de algumas fragilidades que as limitavam, nomeadamente, ao nível dos seus equipamentos, uns obsoletos, outros em parco estado de conservação.

Num curto espaço de tempo a adquirimos equipamentos modernos e funcionais, como fogões, frigoríficos, embalagens para transporte de refeições, etc., bem como promovemos obras de adaptação ou de introdução de conforto em edifícios e, ainda, a aquisição de viaturas para o transporte de doentes ou idosos, de refeições e géneros alimentares.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Este é também um ano que tem gerado grande expectativa com a introdução da vacinação que se espera que possa combater fortemente os efeitos da pandemia.

O Município de Oeiras procurou uma rápida reação e implementação de um plano eficaz para garantir a vacinação no Concelho. Na sequência de apoio solicitado pelas autoridades de saúde, disponibilizámos o Pavilhão Carlos Queiroz, dotando o mesmo com as estruturas necessárias, bem como a disponibilização de variado material e serviços, onde se incluem computadores, equipamentos tecnológicos,

ambulâncias, vigilância, limpeza, refeições para o pessoal, orientação de utentes e enfermeiros contratados.

Desde o início da operação de Vacinação, foram vacinados mais de 36 mil munícipes com a 1ª dose e mais de 8 mil munícipes com a 2ª Dose.

Naqueles que se encontram vacinados incluem-se munícipes com mais de 80 anos e mais de 50 anos com patologias associadas, utentes e colaboradores de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Lares residenciais respetivamente, profissionais das forças de segurança e socorro, Polícia Marítima, profissionais de saúde, pessoal docente e não docente das Escolas do Concelho e Munícipes acamados.

Encontra-se a decorrer a vacinação junto dos munícipes entre os 65 e os 79 anos e dos munícipes entre os 50 anos e os 79 anos com morbilidades.

Por ora, o Município de Oeiras apresenta uma capacidade diária para administração de cerca de 3000 doses diárias e encontram-se em funcionamento 14 postos de vacinação.

Oeiras não parou nem vai parar.

Por isso, há a assinalar também a dedicação dos trabalhadores do Município e das Freguesias que têm sido incansáveis enquanto o País se tem mantido confinado, em especial, os serviços do Ambiente e da recolha de resíduos urbanos, dos serviços sociais e educativos, para além dos responsáveis pelo atendimento aos munícipes.

Aliás, todos os colaboradores do Município e das Freguesias são merecedores de público louvor pela sua enorme disponibilidade ao serviço dos oeirenses.

Reiteramos, o Município não parou nem vai parar. Fomos e temos sido capazes de nos adaptar de forma cabal e diligente a este novo contexto. E continuaremos a desenvolver os nossos projetos e as obras programadas porque é no futuro que trabalhamos e que preparamos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Caros Munícipes,

Seria possível esta estratégia, este planeamento, esta reação sem o 25 de abril? Seria possível lograr um caminho de políticas com flexibilidade e independência própria acaso

ainda vivêssemos envoltos num regime protetor e repressivo? Provavelmente não.

Também o 25 de abril que comemoramos nos possibilita repensar o país e a forma como melhor acautelamos as necessidades daqueles que mais precisam.

A revolução que usou cravos no lugar de balas, serviu de exemplo para o resto do mundo, e distinguiu e distingue ainda Portugal dos demais. Com ela surgiu um Serviço Nacional de Saúde que veio dignificar os portugueses que até então nenhuma assistência médica tinham; mantemos laços de fraternidade com as antigas províncias ultramarinas, que chamámos de colónias; deixámos de ser um país de analfabetos; aprendemos a manter a nossa identidade e a nossa dignidade.

Essencialmente foi criado um Poder Local democrático que logrou ir ao encontro da tradição municipalista portuguesa. Esta conquista alcançada no quadro democrático traduziu-se numa autêntica revolução na política portuguesa assim se emancipando a sociedade civil na defesa dos seus interesses.

A proximidade enquanto elemento central na decisão política tornou os atores políticos mais exigentes e atentos às necessidades expressas pelos cidadãos.

Por isso mesmo, são cada vez mais as competências governamentais que vão sendo transferidas para as Autarquias Locais, pois que são elas quem melhor se posiciona para responder de imediato aos apelos pessoais.

Transferência essa, contudo, que ainda assim importa que seja clara, com conta, peso e medida, e não tão envenenada como aquela que operou com a responsabilidade sobre o pagamento aos auxiliares de educação nas Escolas de Ensino Básico. Sobrecarregar os Municípios com responsabilidades excessivas significa, a montante, destruir as virtudes alcançadas com o Poder Local. Também assim se desonraria o sucesso democrático do 25 de abril.

Essa sobrecarga e essa transferência que não seja clara e equilibrada, concorre para a desconfiança que ainda assim persiste por parte do Estado Central em relação ao Poder local.

Mas, a inversa também é verdadeira, quando o Estado Central se propõe transferir tarefas sem a respetiva contrapartida financeira ou a competência para o exercício do poder.

Uma desconfiança de que é exemplo o património nacional que só a ineficiência e a ineficácia do Estado permitem que

seja deixado ao abandono. Disso mesmo são exemplo os 30 anos de abandono da Quinta da Cartuxa, cuja utilização patrimonial foi finalmente cedida agora ao Município de Oeiras, cuja reabilitação e valorização do património ficará à disposição de todos os oeirenses, mas também os 50 anos de abandono que se verificaram relativamente à Estação Agronómica Nacional.

E, há que ser justos. Decorridas mais de duas décadas a insistir com os sucessivos governos para a transferência da gestão deste património para a esfera do Município, foi com os governos do atual Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, que se consumou esta transferência. Que é onerosa para o Município, que os governos não conservaram nem deixaram conservar, e que os últimos dois governos perceberam o que estava em causa: a defesa e conservação do património edificado e cultural de relevância nacional.

Por isso, o público reconhecimento nesta matéria ao atual Primeiro-Ministro!

Património como aquele estará melhor entregue nas mãos dos municípios, o mesmo se passando com a logística dos centros de saúde, bem como, entre outras, em matéria de apoios sociais, uma vez com a clarificação que se impõe no

que concerne ao acompanhamento do respetivo pacote financeiro.

Naturalmente, aguardamos com expectativa que o bom senso, e o interesse público imperem, e rapidamente venha a ser constituído o grupo de trabalho que transferirá a transferência da zona ribeirinha para a Câmara Municipal de Oeiras.

Da experiência de mais de 40 anos de poder local democrático, decorre a constatação de que as autarquias locais estão devidamente preparadas para assumir responsabilidades em áreas que continuam a permanecer tentacularmente na órbita do Estado.

A questão convoca a necessidade de uma reforma do Estado, mas pensada a partir da sua organização. No entanto, não podemos partir para assunções imediatistas, mas, antes, pensar o que queremos que o Estado faça, que necessidades deve o Estado satisfazer e, nessa base, pensar na melhor organização que a ele pode enquadrar.

Por ora, não pode ser olvidado nem deixar de ser reconhecido a relevância que o poder local assume nessa mesma organização enquanto parte integrante do Estado como um todo.

Só assim atingiremos o Estado necessário.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ainda que possamos resistir e combater a pandemia, não nos vamos desviar do caminho que iniciámos em 2017. O sucesso a que hoje podemos brindar em Oeiras só foi alcançado com profundo trabalho e planeamento, com forte ambição e profundas conquistas.

É preciso continuar a olhar para o potencial do nosso Concelho e para a felicidade das famílias que o compõem, bem como saber apreciar o mais avançado tecido empresarial que aqui se instalou, gerando riqueza e emprego qualificado.

Nessa medida, mantemo-nos na linha da frente apoiando quem mais sofre com os efeitos gerados por esta pandemia, mas não deixaremos de descurar o futuro e continuar a trabalhar em áreas que nos são tão caras como a Mobilidade, a Habitação, o Conforto Urbano, a Educação, as Empresas e o Ambiente.

E assim o fazemos porque cremos no futuro. Cremos no futuro de Oeiras. Por isso, renovamos com ambição o

compromisso assumido em 2017, vivendo com espírito de serviço e de missão pelo bem comum.

O sucesso democrático alcançado coloca hoje Oeiras numa posição de clara liderança nos indicadores de qualidade de vida em Portugal.

É, por isso também, que de forma arrojada, Oeiras se candidata a Capital Europeia da Cultura, assente em eixos estratégicos, mas ciente em apostas claras na Cultura, nas Pessoas e no desenvolvimento de Oeiras do nosso Concelho.

É em Oeiras que se quer trabalhar, é em Oeiras que se quer estudar, é em Oeiras que se quer viver. E é às bandeiras do 25 de abril que também devemos todas estas circunstâncias.

Mesmo a par do combate que tem sido travado, Oeiras tem registado importantes avanços no seu Concelho, fruto do trabalho que o Município tem vindo a desenvolver.

Nunca é tempo de parar, mas sim de manter o foco no futuro com ambição e planeamento profícuo.

Mas é necessário que haja a devida disposição para servir dignamente.

Nestes tempos de incerteza, como tantos outros que já vivemos, é necessário que saibamos superar as dificuldades

e saber suportar os sacrifícios que nos são impostos. O País, como Oeiras, não pode servir para que nos acomodemos. É necessário que o trabalho persista.

Porque é com trabalho que se alcança o sucesso, é com trabalho que nos sentimos realizados e felizes, a bem da liberdade que hoje respiramos e que nos ofereceu o 25 de abril.

É certo que o percurso que fizemos não foi isento de escolhos ou vicissitudes. A Democracia não começou no dia 25 de abril de 1974, mas foi ali que se fundou.

Depois disso, tivemos o 28 de setembro, o “11 de março”, com o “verão quente” e as “nacionalizações”, o “25 de novembro” e, em 1982, a extinção do “Conselho da revolução”.

É certo que, nos primeiros anos do regime, houve forças políticas que se tentaram apropriar do 25 de abril e dos seus símbolos.

Com o passar dos anos, as feridas sararam, tornando-se apenas momentos do processo de construção do regime democrático, e o Povo apropriou-se dos símbolos e do regime que é seu, consolidando-o.

Não por acaso, começamos esta cerimónia com o “Grândola” e terminamos com “A Portuguesa”, o nosso Hino, e este presidente, social-democrata, traz à lapela o cravo vermelho, a flor que representa a mais bela das revoluções.

Por esta razão, não se entende como podem algumas forças políticas pretenderem apropriar-se de algo que, verdadeiramente, nunca foi seu e impedir, até, o acesso à rua.

Aliás, entende-se... exatamente pela crise dos partidos fundadores da nossa Democracia.

Nestes 47 anos o Mundo mudou, o País mudou, mas os nossos partidos não querem mudar.

Esta resistência à mudança, às reformas estruturais com vista à satisfação das necessidades reais do Povo, e estas atitudes divisionistas, são sementes do populismo.

Lemos, recentemente, que apenas 10% dos portugueses entendem viver em democracia plena. Ora, isto é grave, e representa o afastamento as pessoas da política. Isto não pode continuar!

É preciso mudar! Reformar o Estado, reformar a Justiça, reformar a economia, e reformar os partidos, aproximando-os do Povo que têm por missão servir.

Pois Oeiras vive continuamente a respirar dessa liberdade, bombeada pelo trabalho que todos os dias realiza, sem se acomodar, sem se resignar.

Assim, a isso mesmo brindamos hoje, não a um mero acaso e sorte.

É tempo de impedir que a democracia se abale. É tempo de impedir que a liberdade se dissipe. É tempo de impedir que a burocracia deturpe a realização das necessidades coletivas. É, sim, tempo de manter viva a herança de abril, o legado dos Capitães e o heroísmo que a cada um de nós se exige.

Viva a Liberdade!

Viva a democracia!

Viva o futuro!

Viva o 25 de abril!

Viva Oeiras!

Viva Portugal!